



PROF – Aspectos mais relevantes para o concelho

O Programa Regional de Ordenamento Florestal (PROF) de Trás-os-Montes e Alto Douro é um instrumento setorial, de gestão territorial, ao nível da região que estabelece as normas específicas de utilização e exploração dos espaços florestais, com uma área total de 1 227 962,19 hectares.

O concelho de Alfândega da Fé encontra-se abrangido por três sub-regiões homogéneas: Azibo-Sabor, Bornes e Douro Superior, com uma área de 32 194,64 hectares, representando apenas 2,62% na região NUTS de nível III.

Funções

A sub-região homogénea do Azibo-Sabor e do Douro Superior contemplam as mesmas funções, com igual nível de prioridade:

- Função geral de conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos;
- Função geral de produção;
- Função geral de silvopastorícia, da caça e da pesca nas águas interiores.

A sub-região homogénea de Bornes visa incrementar e implementar as seguintes principais funções gerais dos espaços florestais, com igual nível de prioridade:

- Função geral de produção;
- Função geral de recreio e valorização da paisagem;
- Função geral da silvopastorícia, da caça e da pesca nas águas interiores.

Normas de silvicultura

Em todas as sub-regiões que abrangem o concelho devem ser aplicadas as normas de silvicultura de acordo com as funções definidas para cada SRH. Não podem ser efectuadas em nenhuma das SRH reconversões para outras espécies, de áreas ocupadas com espécies do Grupo I, exceto se for utilizada na replantação outra espécie do mesmo Grupo. Se a espécie a replantar for protegida (sobreiro, azinheira e azevinho) e esta fizer parte do Grupo II, não se aplica a regra anterior.

- **Na sub-região homogénea do Azibo-Sabor**, devem ser privilegiadas as espécies florestais elencadas no número 3 do artigo 35.º do regulamento do PROF de Trás-os-Montes e Alto Douro.

- **Na sub-região homogénea de Bornes**, devem ser privilegiadas as espécies florestais elencadas no número 3 do artigo 38.º do regulamento do PROF de Trás-os-Montes e Alto Douro.

- **Na Sub-região homogénea Douro-Superior** devem ser privilegiadas as espécies florestais elencadas no número 3 do artigo 43.º do regulamento do PROF de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Explorações sujeitas a Planos de Gestão Florestal - PGF

Estão sujeitas a PGF as explorações florestais públicas e comunitárias, as explorações florestais e agroflorestais privadas com área igual ou superior a 20 ha. Estão excluídas da necessidade de elaboração de PGF, as explorações florestais e agroflorestais que se encontrem obrigadas pelo PGF da ZIF que abranja a área da exploração. Assim como

as explorações florestais e agroflorestais privadas de área inferior a 20 ha, no entanto ficam sujeitas a cumprir as normas de silvicultura e modelos definidos para essa sub-região em PROF.

Medidas de intervenção

O aumento que está definido na Estratégia Nacional para as Florestas por região PROF e SRH de forma proporcional à representatividade da área arborizada atual de cada região PROF ou SRH no total nacional, não podendo esse aumento ser superior à área de matos e pastagens disponível, foi distribuída a estimativa de áreas florestais arborizadas para a região PROF, por espécie para os horizontes temporais de 2030 e 2050.

Espécies	2010	% do total	2030	% do total	Varição 2010-2030	2050	% do total	Varição 2010-2050
Azinhreira	2 205	1	2 205	1	0	2 305	1	5
Carvalhos	29 701	12	32 804	12	10	41 670	13	40
Castanheiro	36 185	14	42 363	15	17	51 189	16	41
Eucaliptos	7 728	3	7 728	3	0	7 728	2	0
Outras folhosas	43 478	17	48 383	18	11	53 065	16	22
Outras resinosas	32 391	13	35 497	13	10	50 583	16	56
Pinheiro-bravo	90 121	35	91 762	33	2	99 587	31	11
Pinheiro-manso	150	<1	172	<1	15	199	<1	32
Sobreiro	12 863	5	13 055	5	1	14 573	5	13
Total	256 832	100	275 999	100	7	322 950	100	26

Priorização das medidas nas sub-regiões homogéneas

De seguida enumeramos as medidas a implantar em cada SRH e para cada um dos eixos.

EIXO I – Minimização dos riscos de incêndio e agentes bióticos

SRH Azibo-Sabor, Bornes e Douro Superior

- A.1 – Implementar a rede primária de faixas de gestão de combustível.
- A.2 – Implementar mosaicos de parcelas de gestão de combustível.
- A.3 – Implementar a rede secundária nas zonas de interface urbano/floresta.
- A.4 – Aumentar a área de intervenção das equipas de sapadores florestais.
- A.5 – Aumentar o nº de equipas de sapadores.
- A.6 – Implementar ações de formação para as equipas de sapadores florestais.
- A.7 – Requalificar o equipamento das equipas de sapadores florestais.
- A.8 – Aumentar o nº de ações de fogo controlado em áreas de mato e povoamento florestal.
- A.9 – Apoiar as ações de pastoreio dirigido como instrumento de gestão florestal.
- A.10 – Apoiar intervenções de requalificação da rede viária.
- A.11 – Monitorizar o cumprimento dos PMDFCI.
- A.12 – Estimular a utilização do material arbustivo e sobrantes de exploração para fins energéticos.

B.1 – Conhecer a distribuição geográfica e o grau de perigosidade dos principais agentes bióticos nocivos por sistema florestal.

B.2 – Criar um sistema de informação centralizado relativo à prospeção, monitorização e controlo de agentes bióticos nocivos.

B.3 – Estabelecer e divulgar procedimentos uniformizados de prospeção de pragas e doenças.

C.1 – Controlo e fiscalização do material vegetativo para plantação.

C.2 – Apoiar ações de formação e informação direcionadas para a deteção precoce de novas pragas e doenças.

D.1 – Apoiar intervenções de restabelecimento de emergência após incêndio.

SRH Bornes

D.2 – Apoiar as ações previstas nos primeiros 15 anos do PGF de recuperação de povoamentos florestais em regeneração natural após incêndio.

SRH Azibo-Sabor, Bornes e Douro Superior

D.3 – Restabelecer o potencial de produção silvícola das áreas afetadas por agentes bióticos.

EIXO II – Especialização do território

SRH Azibo-Sabor e Douro Superior

F.1 – Apoiar a florestação e a beneficiação de sistemas agroflorestais mediterrânicos e matagais mediterrânicos em áreas de elevada suscetibilidade.

SRH Azibo-Sabor, Bornes e Douro Superior

F.2 – Apoiar a florestação e a beneficiação de sistemas agroflorestais e matagais ou em áreas de elevado risco de erosão.

SRH Azibo-Sabor e Douro Superior

F.3 – Apoiar as ações de adensamento dos povoamentos de sobreiro e azinheira sublotados.

F.4 – Promover e apoiar financeiramente modelos de gestão e ações que visem o aumento da resiliência dos povoamentos e a preservação do solo.

F.5 – Apoiar a gestão de matagais em áreas críticas onde a recuperação do coberto arbóreo seja inviável ou apresente grandes dificuldades.

SRH Azibo-Sabor, Bornes e Douro Superior

F.6 – Substituição progressiva de áreas de eucalipto e pinheiro-bravo por bosques mediterrânicos à base de espécies autóctones.

SRH Azibo-Sabor e Douro Superior

G.1 – Apoio à conservação e recuperação de habitats florestais/áreas florestais de elevado valor natural.

G.2 – Assegurar a gestão ativa dos espaços florestais que constituem habitat de espécies protegidas.

SRH Azibo-Sabor, Bornes e Douro Superior

G.3 – Manutenção, recuperação e restauro de bosques ribeirinhos.

H.1 – Potenciar a produção lenhosa de pinheiro-bravo em área com aptidão para o mesmo.

SRH Azibo-Sabor e Douro Superior

H.3 – Fomentar a expansão, de uma forma sustentável, da área ocupada pelo sobreiro para produção de cortiça e outros usos.

SRH Azibo-Sabor, Bornes e Douro Superior

I.1 – Promover técnicas silvícolas que aumentem o stock de carbono no solo.

I.2 – Fomentar a gestão sustentável dos espaços florestais como sumidouros de CO2.

I.3 – Criação de matas modelo e áreas de demonstração que permitam a monitorizar a resposta dos ecossistemas às alterações climáticas no âmbito das mesmas.

J.1 – Apoiar e promover a formação ativa dos agentes florestais.

J.2 – Apoiar e incentivar a gestão ativa dos espaços florestais.

SRH Douro Superior

K.1 – Promover a diversificação em espécies dos povoamentos florestais, sendo fator determinante na atribuição de apoios financeiros, principalmente nas Sub-regiões homogéneas onde a Conservação e o Recreio e enquadramento estético da paisagem são funções e serviços principais.

SRH Azibo-Sabor, Bornes e Douro Superior

L.4 – Financiar a remoção ou reconversão de obstáculos à movimentação da ictiofauna.

L.5 – Instalar ou adequar dispositivos de transposição nos açudes para peixes dulciaquícolas e migradores vulneráveis.

EIXO III – Melhoria da gestão florestal e da produtividade dos povoamentos

SRH Azibo-Sabor, Bornes e Douro Superior

M.1 – Assegurar que a totalidade dos espaços florestais sob gestão da administração pública, as áreas comunitárias as ZIF e os privados com área igual ou superior à definida pelo PROF possuam PGF.

M.2 – Apoiar e incentivar a gestão ativa dos espaços florestais.

M.3 – Apoiar a condução da regeneração natural das folhosas autóctones.

N.1 – Aumentar o contributo da cinegética, da pesca, da silvopastorícia, da apicultura, da produção de resina, cogumelos e de outros produtos não lenhosos no valor económico da floresta.

O.1 – Apoio às organizações de produtores florestais de forma a promover a oferta de serviços para melhorar o desempenho global das explorações florestais.

EIXO IV – Melhoria geral da eficiência e competitividade do setor

SRH Azibo-Sabor, Bornes e Douro Superior

Q.1 – Apoiar a certificação da gestão florestal sustentável.

R.1 – Promover a utilização dos produtos florestais no âmbito da Economia Verde e da Construção Sustentável.

R.2 – Promover a criação e o desenvolvimento de novos mercados associados a produtos florestais.

R.3 – Desenvolver e estruturar novas fileiras/subfileiras.

R.4 – Promover a utilização e consumo de produtos derivados da transformação e aproveitamento dos recursos florestais.

S.1 – Criar e modernizar as unidades de primeira transformação, nomeadamente nas áreas da exploração florestal, material lenhoso, resina, frutos secos e cortiça.

T.1 – Apoiar a criação e manutenção das zonas de intervenção florestal.

T.2 – Estimular o apoio técnico, formação e informação dos proprietários e produtores florestais, das entidades gestoras e aderentes de ZIF e de compartes e órgãos de gestão dos Baldios e dos prestadores de serviços.

U.1 – Desenvolver sistemas de apoio à decisão para a gestão dos espaços florestais.

V.1 – Desenvolvimento de um programa de formação dirigido aos vários agentes do setor produtivo e às necessidades de formação mais prementes.

V.2 – Promover ações de formação para produtores florestais e para os vários profissionais de setor nos vários níveis.

Corredores ecológicos

O concelho de Alfândega da Fé, na SRH Azibo-Sabor, é abrangido por um corredor ecológico localizado na margem da Albufeira do Sabor, numa área classificada com Rede Natura 2000. Para esta faixa, são definidas as normas e modelos gerais de silvicultura e de gestão.

Normas de silvicultura e gestão dos corredores ecológicos

- Áreas que distam até 10 m das margens da linha de água:
 - Aplicam-se apenas normas respeitantes às funções de proteção e conservação;
 - As ações de (Re) arborizações apenas com recurso a espécies autóctones;
 - Não são permitidas operações de mobilização do solo mecânicas e que alterem o perfil da margem.

- Áreas que distam entre os 10 e os 500 m a partir da margem da linha de água:
 - Assume o estipulado para a SRH respetiva, onde eventuais restrições decorrem apenas da identificação de valores em presença;
 - As ações de (Re) arborizações devem ser garantidas a instalação/manutenção de espécies autóctones numa área da unidade de gestão a interencionar.

- Áreas que distam mais de 500 m a partir da margem da linha de água:
 - Assume o estipulado para a SRH respetiva, onde eventuais restrições decorrem apenas da identificação de valores em presença;
 - Devem ser preservados habitats da lista da SIC da RN2000 comprovadamente em presença no local.

Áreas florestais sensíveis

As áreas florestais sensíveis são caracterizadas do ponto de vista do risco de incêndio, da exposição a pragas e doenças e da sensibilidade à erosão.

No concelho de Alfândega da Fé existem áreas de risco de erosão, um pouco distribuídas pelas três SRH, coincidindo com as zonas de maior declive.

As áreas de risco abiótico presentes no concelho são pouco significativas.

Para estas áreas estão definidas normas e modelos gerais de silvicultura e de gestão como por exemplo:

- Não é permitido pastoreio em zonas de elevada suscetibilidade à erosão;

- Implementar medidas relativas à recuperação de áreas ardidas em caso de incêndio florestal;
- Plantar sebes ao longo das curvas de nível;
- Deverão ser instaladas cortinas pára-fogo e dar prioridade a povoamentos de folhosas.